

PRESIDENTE ITAMAR,

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 20/09/92

Você ainda não tomou posse, mas já o considero o novo presidente do Brasil. Collor já não é mais presidente. Já não governa. Nem ele, nem os ministros que ficaram "em nome da governabilidade". As pessoas que encontro têm uma pergunta padrão: "será que Collor cai?". Minha resposta é invariável: "Sem dúvida cai, na verdade, já caiu". Alguns inveterados pessimistas argumentam: "mas parece uma repetição das Diretas Já". Não é verdade, a semelhança é grande, mas há uma diferença fundamental. Em 1984, as elites tinham uma alternativa que no fundo consideravam mais segura as eleições diretas: a vitória no colégio eleitoral. No caso presente, as elites não têm outra alternativa, senão levar adiante o impeachment de Collor. Você pode não ser o candidato dos sonhos da burguesia brasileira, mas é muito melhor do que Collor. No começo desta crise, Collor ainda representava a ordem e você era uma incógnita. Por isso as elites hesitaram em tirar seu apoio a Collor, não obstante as denúncias de imoralidade que começavam a aparecer. Mas quando estas se tornaram avassaladoras, a ordem não pôde mais prevalecer sobre a justiça e a moral. Na verdade, Collor deixou de representar a própria ordem, na medida em que perdeu condições mínimas de governabilidade. Por isso ele cairá, por isso você já é o virtual presidente.

E é por isso que lhe escrevo. Para dizer-lhe que você terá condições excepcionais para ser um grande presidente, apesar dos eternos pessimistas, inclusive brasilianistas em Washington, que afirmam que seu governo será um governo fraco, sem apoios políticos, uma repetição do governo Sarney. Isto até pode acontecer. Mas não é minha previsão. Poderá, pelo contrário, ser um governo decisivo para o Brasil, desde que você adote uma atitude pessoal em relação a presidência, tome duas decisões básicas, e tenha um pouco de um pouco de sorte.

As decisões são simples. Em primeiro lugar, é preciso definir que seu governo, além de ser de união nacional e de transição, será um governo rigorosamente neutro nas eleições gerais que ocorrerão em 1994. Pode parecer estranho pedir neutralidade política a um político, mas no seu caso não é. Você não tem compromissos com qualquer partido. Seus melhores amigos estão nos mais diversos partidos. Ficarão no

governo até o último dia de seu mandato, não podendo se candidatar novamente, senão quatro anos depois. Neste quadro, a rigorosa neutralidade nas eleições de 1994 é uma possibilidade e uma enorme vantagem. Nenhum partido poderá deixar de apoiá-lo porque você não o está ajudando a ganhar eleições, já que seu governo não apoiará ou ajudará ninguém.

A segunda decisão será no campo econômico. Sua prioridade absoluta será terminar com a inflação. É claro que é preciso manter, também, as reformas modernizadoras, particularmente a abertura comercial e a privatização, mas o essencial será estabilizar a economia. E para isto, a reforma tributária e o ajuste fiscal são indispensáveis, já que a crise fiscal do Estado está na base da alta inflação. Indispensável também será um acordo social mínimo, já que está amplamente demonstrado que a indexação informal da economia brasileira inviabiliza qualquer programa convencional de combate da inflação, como aquele que vem sendo adotado no momento.

Mas será que o populismo do Congresso permitirá que essas reformas sejam aprovadas? Não tenho dúvida que sim. Exagera-se muito em relação ao fisiologismo dos congressistas. Ignora-se que eles refletem uma sociedade que hoje valoriza o fim da inflação mais do que qualquer outra coisa, e que apóia as reformas estruturais modernizadoras.

Para que esse apoio seja efetivado, entretanto, é preciso que sua liderança se traduza na adoção de uma atitude geral muito precisa, que poderia ser definida da seguinte maneira: "controlar a inflação é uma questão de sobrevivência para o Brasil. Para isto conto com o apoio dos partidos e da sociedade. Vou dialogar com todos, ouvir todos, e, depois, tomar minhas decisões, que importarão em sacrifícios, mas parto do pressuposto de que obterei apoio. Por isso não precisarei fazer concessões maiores".

Esta atitude de "contar" com o apoio é fundamental. Seu governo é de transição, mas é também de salvação nacional. Sem a estabilização dos preços - condição essencial da retomada do desenvolvimento e de uma política de redistribuição de renda - o Brasil corre o sério risco, depois de 12 anos de estagnação econômica, de entrar em processo de decadência. Como a Argentina entrou. Nada garante que o Brasil retome o desenvolvimento. Sem resolver a crise fiscal, recuperar a capacidade de poupança e investimento do Estado, e permitir, que um novo Estado, reduzido no tamanho mas fortalecido, volte a definir a estratégia de desenvolvimento e modernização do Brasil, corremos o sério risco de permanecermos estagnados e marginalizados do sistema econômico internacional.

Enfrentar a crise fiscal do Estado e terminar com a inflação são, portanto, tarefas fundamentais e urgentes. Para estas tarefas seu governo deverá pressupor apoio, ao invés de pedi-lo, ao invés de procurar conquistá-lo. A sociedade brasileira

saberá compreender essa atitude. Está mais madura para isso do que muita gente pensa. Sabe qual é o risco gravíssimo que está correndo. E como são imensos os custos de continuar empurrando com a barriga a crise. Por isso a sociedade e os partidos lhe darão esse apoio. E assim seu governo, nos próximos dois anos, poderá realizar com êxito sua missão.